INDIVIDUALISMO, GERAÇÕES E FAMÍLIA[1]

SÔNIA CRISTINA HAMID
Doutoranda do PPGAS
Universidade de Brasília

O individualismo, valor central da ideologia moderna e ocidental, é inegavelmente um dos fatores que têm influenciado mudanças rápidas e bruscas nas estruturas sociais e na vida privada, ampliando as possibilidades de estilos de vida e os significados atribuídos pelos sujeitos. Caracterizado pela importância dada ao indivíduo em oposição à totalidade/sociedade (Dumont, 1997), acredita-se que o individualismo estaria pondo em xeque, entre outros aspectos, o sentido da tradição e o valor dado à família (Machado, 2001; Sarti, 1997). Se nas "sociedades tradicionais" o amor, o casamento, a família, a sexualidade e o trabalho eram esferas vividas a partir de papéis preestabelecidos socialmente, havendo pouco espaço para negociações e escolhas, nas "sociedades modernas ocidentais", as rígidas relações hierárquicas abrem espaço para uma maior igualdade e para a valorização da vida pessoal e subjetiva de seus membros. Assim é que, enquanto nas primeiras as identidades já são dadas pelas posições que os sujeitos ocupam no todo, nas últimas, a grande heterogeneidade de experiências e costumes existentes contribui, em alguma medida, para a fragmentação e a diferenciação de domínios e papéis identitários (Velho, 1999).

É na tentativa de compreender e analisar essas rápidas mudanças sociais na família e na sociedade contemporânea que o livro *Família e gerações*, composto por seis artigos que tratam de pesquisas realizadas em contextos socioculturais distintos, constitui um esforço significativo. Em grande medida, os dados etnográficos apresentados pelos autores permitem uma complexicação dos significados contidos no avanço do individualismo, mostrando que estes estão intrinsecamente relacionados às especificidades das realidades socioculturais e às peculiaridades de classe, de gênero e de raça existentes, não ocorrendo de forma homogênea em todos os lugares.

Para a compreensão da problemática dessas mudanças, os autores partiram do estudo e da comparação de distintas "gerações". Em um sentido clássico, este termo estava relacionado à posição ocupada pelo indivíduo na estrutura familiar e nas relações de hierarquia e autoridade que nela havia, principalmente no que dizia respeito à idade e ao gênero. Atualmente, de forma mais abrangente, o conceito de geração trata das especificidades de experiências coletivas vividas pelos grupos em determinado momento histórico e social que, em alguma medida, criaria predisposições quanto a certas idéias e a determinados sentimentos. Nesse contexto, o confronto entre gerações variadas se revelaria como o resultado de distintas formas de sentir e conceber o mundo. Como aponta Bourdieu (2003:57),

> [...] os conflitos de geração opõem não classes de idades separadas por propriedades de natureza, mas *habitus* que são produtos de diferentes modos de engendramento, isto é, de condições de existência que, impondo definições diferentes do impossível, do possível, do provável ou do certo, fazem alguns indivíduos sentirem como naturais ou razoáveis práticas ou aspirações que outros sentem como impensáveis ou escandalosas, e inversamente.

Ao considerarem estas reflexões, os textos lidam, a partir de cada um dos respectivos campos, com as transformações sociais e culturais ocorridas, as relações intergeracionais de diferentes grupos, as mudanças das relações de pais e filhos, as novas formas de sociabilidade baseadas em critérios geracionais e os processos de implementação de políticas sociais no âmbito da família. Nesta resenha, proponho descrever e analisar as especificidades e os processos com os quais o individualismo e outras mudanças vêm sendo experienciados nos contextos socioculturais estudados e quais os sentidos dados pelos sujeitos a essas transformações. Para isso, não seguirei a ordem de artigos proposta pelo livro, mas os dividirei em três blocos baseados nos temas principais percebidos em cada trabalho: Família e relações pais e filhos; Relação intergeracional e velhice; Família e políticas sociais.

Família e relações pais e filhos

Neste bloco tratarei dos artigos de Maria Lúcia Rocha-Coutinho e Elsa Ramos, que têm como foco de análise as mudanças sociais e as relações intergeracionais ocorridas dentro da família. Os campos de análise escolhidos para o estudo, entretanto, são bem distintos: Brasil e França, respectivamente. Nesse contexto, enquanto a primeira busca traçar o processo histórico de transformação da família no Brasil, a última discute como os jovens franceses negociam seus processos de construção de autonomia numa situação de dependência familiar.

A análise histórica proposta por Rocha-Coutinho permite uma visualização de como as mudanças ocorridas internamente à família estão relacionadas aos processos sociopolíticos e culturais mais amplos ocorridos no Brasil. A própria idéia de família, que se baseia em uma união legalizada, e a valorização desta instituição só viriam a se estabelecer, durante a colonização, com a concessão das sesmarias e o início do cultivo de terras, ou seja, no momento em que a permanência no país começava a ser algo estimulado.

A autora, partindo das obras de Antônio Cândido e Gilberto Freyre, aponta o surgimento, nesse contexto, da família de organização patriarcal composta não somente pelo casal branco e seus filhos, mas também por escravos, índios e negros, estando aí incluídas as concubinas e os filhos ilegítimos do pai. Ali todos estariam sob a autoridade do *pater familias* que decidiria sobre o futuro do grupo, abrindo poucas possibilidades para negociações e escolhas. As relações entre os membros seriam pautadas em valores como honra, tradição, respeito e obediência, sendo a mulher a principal responsável por manter a moral familiar.

Tal tipo de organização só iria se transformar com a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808, uma vez que ela estimularia mudanças na estrutura e na disposição da cidade com a introdução de costumes europeus e a importação de novas tecnologias. Na metade do século XIX também houve a incorporação do trabalho assalariado, o surgimento de uma classe média e o fortalecimento do Estado. Essas mudanças marcariam o declínio da família patriarcal e a ascensão da família burguesa, caracterizada pelo casamento por amor, pela livre escolha do cônjuge e pela reformulação de papéis de gênero. O homem passaria a ter domínio somente sobre os filhos e a mulher, e esta seria a principal responsável pelo cuidado da casa.

A partir de 1950 é o individualismo que passa a marcar a modernização da idéia de família no Brasil, estimulando fortemente as "escolhas pessoais" e abrindo a possibilidade de vários estilos de vida em detrimento das rígidas posições existentes na família antiga. Ao se basear em estudos realizados com a classe média, a autora mostra como há um discurso pela igualdade dos membros, uma crítica em relação aos papéis preestabelecidos de autoridade e de gênero e uma valorização do diálogo, do respeito e do amor. Além disso, partindo de Anthony Giddens, ela indica que os relacionamentos contemporâneos poderiam, em grande medida, ser explicados por meio da noção de *relação pura*, caracterizada pela *primazia do amor* e pelo interesse na satisfação emocional dos envolvidos em oposição aos interesses econômicos.

Importante é apontar que a autora relativiza o processo de modernização da "família brasileira", mostrando que se esse discurso está muito presente entre a classe média que vive na cidade, ele pode não se encontrar no interior do país ou nos subúrbios, onde a hierarquia, a autoridade e a divisão de trabalho baseada nas diferenças de gênero seguem prevalecendo. Da mesma forma, é também ressaltado que a diversidade de possibilidades de escolhas, próprias da modernidade, está condicionada às oportunidades de vida de cada segmento social.

Para Rocha-Coutinho, o que deve ser considerado é o fato de a família estar inserida no meio social que a circunda em um tempo histórico determinado, sendo de forma concomitante produto e agente de mudanças sociais. A variedade que há de sentidos e de concepções de mundo leva a uma indefinição e à ausência de modelos fixos e imutáveis a serem transmitidos de geração a geração. Tal situação acarreta, muitas vezes, a coexistência conflitiva de valores e padrões tradicionais com os novos modelos centrados no indivíduo e em suas escolhas. Nesse contexto, a família torna-se o palco privilegiado de vivência da relação entre manutenção e mudança na sociedade.

Por sua vez, o trabalho apresentado por Elsa Ramos contribui para essa discussão ao tratar de forma mais detida das mudanças nas relações entre pais e filhos, tendo como foco de análise a sociedade individualista francesa. Seu objetivo é perceber como os jovens estudantes parisienses constroem sua autonomia e se tornam adultos numa relação de dependência residencial e financeira familiar, uma vez que na França, desde os anos de 1970/80, constata-se que a saída da casa dos pais ocorre cada vez mais tardiamente.

Se, por um lado, a continuação dos estudos e as dificuldades econômicas são fatores importantes que concorrem para o adiamento da saída do lar, por outro, as boas relações existentes com os pais no âmbito familiar também representam uma dimensão bastante ressaltada pelos jovens. Em alguma medida, esses novos valores presentes na família, e que são baseados em uma maior igualdade, no diálogo e no amor, são aspectos que colaboram para esse tipo de convivência. Chega-se, nesse sentido, a falar de uma *democracia familiar* ou de um *liberalismo das relações pedagógicas*.

Esta segunda autora constata, assim, que a passagem do jovem para a fase adulta não pode ser pensada através de etapas definidas – fim dos estudos, início de uma profissão ou casamento – ou por rituais que marcam a mudança de uma fase para a outra, como nas "sociedades tradicionais". Isto porque, nas sociedades contemporâneas, não há uma delimitação de quando e como começam e terminam as várias fases e tampouco uma linearidade temporal e social em sua consecução, haja vista que elas não são seguidas na mesma ordem ou idade pelos sujeitos.

O processo de construção de autonomia, nesse contexto, pode ser identificado por meio das marcas inscritas no espaço doméstico que informam sobre as micromudanças das relações dos sujeitos consigo mesmos e com os membros da família. Elsa Ramos mostra que os estudantes parisienses, a partir de um *saber comum* sobre as regras da casa colocadas pelos pais, negociam e estabelecem acordos, buscando, na maioria das vezes, *recuar os limites parentais e esgarçar as regras* para afirmar a realidade pessoal e construir sua autonomia.

As considerações apresentadas nos dois trabalhos supracitados nos permitem, assim, perceber que as mudanças por que passam as famílias não podem ser entendidas fora do contexto que as engendram. No Brasil, a ideologia do individualismo tem se deparado com uma visão de família fortemente ancorada no modelo patriarcal baseado em princípios de hierarquia e honra, devendo com eles coexistir, principalmente na classe popular. Por outro lado, na França, os problemas econômicos e o desemprego são fatores importantes a serem considerados para o adiamento da saída do lar. Nesse contexto, a preeminência do indivíduo em relação à família se constrói aos poucos, sem rupturas, dando novos sentidos às mudanças de fase. O mérito dos trabalhos está justamente em mostrar que o individualismo, longe de ser reificado, é significado em cada realidade pelas famílias, conforme sua história e posição na estrutura social.

Relação intergeracional e velhice

Se a família e as relações internas entre seus membros configuraram-se como temas centrais no primeiro bloco, nos artigos de Myriam Lins-de-Barros e de Andréa Moraes Alves, os processos de mudança e permanência revelam-se na comparação das experiências e dos significados atribuídos por diferentes grupos de mulheres pertencentes a segmentos sociais e/ou a gerações particulares. Para tanto, partindo da teoria interacionista e fenomenológica seguida por Gilberto Velho, as autoras deste segundo bloco analisam como essas mulheres constroem *suas trajetórias e biografias, por meio de lembranças e projetos, dentro de um campo de possibilidades.*

A questão da "autonomia", considerando esse percurso, é também o tema principal revelado no texto de Lins-de-Barros. Contudo, diferente da pesquisa de Elsa Ramos, não se trata de perceber esse processo nas relações pais e filhos na esfera doméstica, mas como mulheres de diferentes gerações – jovens universitárias e velhas moradoras do Rio de Janeiro – significam tal experiência. O que a autora constatou é que uma maior autonomia em relação à família e à comunidade era construída na medida em que essas mulheres saíam de suas casas, *alargando os espaços urbanos e tendo abertura a novas formas de sociabilidade.* Enquanto entre as mais jovens foi o ingresso na universidade que permitiu essa vivência, entre as mais velhas, o trabalho realizado durante a sua juventude foi o meio pelo qual experimentaram tal processo.

A entrada na universidade é considerada o ponto central de mudanças pelas jovens cariocas de classes sociais diversas, definindo um antes e um depois em suas vidas. Isto porque tal experiência permitiu que elas deixassem *o mundinho das redes* sociais familiares e passassem a conhecer novos espaços físicos e sociais, a estabelecer diferentes contatos e formas de interação e, principalmente, *a ter consciência e ser conscientes* da sociedade e de si mesmas. Com isso, elas redefiniram suas trajetórias, tendo em vista as novas possibilidades de opções de vida oferecidas às mulheres em nossa época. Se casar e ter filhos era tido antes como um futuro certo por quaisquer jovens estudantes, agora passa a ser uma alternativa entre outras. Diante disso, a trajetória familiar também é modificada. Para as jovens cujas famílias possuem baixo nível de escolaridade, por exemplo, a universidade é um projeto de ascensão e prestígio familiar.

Por outro lado, a riqueza de detalhes e a emoção trazidas pelas memórias das mais velhas acerca do período – a juventude – em que assumiram uma profissão revelam, no presente, a positividade que teve essa experiência e a importância dada a ela. Tal densidade dos relatos não se revelará, por sua vez, no período em que essas mulheres foram reintroduzidas na esfera doméstica, ao assumirem seus tradicionais papéis femininos devido ao casamento, haja vista as poucas possibilidades de escolha oferecidas a elas nas décadas de 1930/40. Contudo, é preciso salientar que o contexto no qual essas memórias se desdobram é bem específico. Atualmente, novas formas de ser "velho" ou "velha" surgem na sociedade através da promoção de atividades, eventos e produtos específicos para a "terceira idade", gerando o seu deslocamento dos lugares tradicionais estipulados para a sua faixa etária. Aponta-se, assim, para uma dada incorporação de valores individualistas para este grupo. Para as idosas estudadas por Lins-de-Barros, essas representações individualistas unem-se às tradicionais já existentes, fazendo com que elas atribuam positividade e negatividade ao mesmo período histórico.

Se novos discursos acerca da velhice influenciam as memórias passadas dos sujeitos, Andréa Alves mostra, a partir de diversos estudos com velhas senhoras de classe média, como eles também modificam o presente de acordo com as diferentes trajetórias traçadas pelas mulheres.

A dança de salão, por exemplo, foi um dos meios encontrados por algumas mulheres idosas para a valorização de seus corpos e de sua condição feminina na velhice. No contexto dos bailes, a possibilidade de exibição do próprio corpo, do exercício da sedução e do contato entre os sexos – muitas vezes entre uma mulher idosa e um homem jovem – potencializam certa identidade feminina, ao mesmo tempo em que buscam romper com o estigma da velhice. Além disso, para as idosas estudadas por Andréa Alves, a dança de salão apresentou-se como uma das primeiras oportunidades de inserção no domínio público, haja vista que durante toda a sua trajetória, a vida profissional e a de estudante foram submetidas à vida doméstica.

Para contrastar com as mulheres da dança de salão, Andréa Alves indica o projeto de velhice traçado por mulheres católicas, presente no trabalho realizado por Lins-de-Barros entre 1977/78. Para elas, seus planos de vida estavam ligados à realização de um projeto político, por meio do movimento religioso Ação Católica, engajado na luta por mudanças sociais e econômicas no Brasil. Neste contexto, a escolha individual era pautada na importância

dada à identidade de mulher trabalhadora, independente e intelectualizada. Além disso, estava relacionada à conjuntura histórica específica daquele período a qual, diferente da atual em que a valorização do corpo e do sexo é expressiva, era marcada pela luta de democratização do país. Com o projeto de ação política, essas mulheres buscavam dar continuidade a uma trajetória de vida afastada da esfera doméstica, uma vez que, distanciando-se do modelo de sua época, sempre exerceram atividades na esfera pública.

Em todos os casos aqui colocados ressaltamos como as transformações por que tem passado a sociedade se revelam de forma mais significativa e contrastante quando tratamos das mulheres. Tanto para as jovens como para as mais velhas, poder sair de casa tem significado o afastamento dos papéis tradicionalmente estipulados para seu gênero, o questionamento das posições definidas pela estrutura familiar e a possibilidade da escolha individual. Contudo, compreendemos (é importante lembrar) que novas escolhas tendem a ser perpassadas por conflitos e outros constrangimentos, em função dos diferentes referenciais que coexistem de compreensão da realidade e do peso atribuído à mulher para a manutenção da tradição.

Assim, se entre as jovens a entrada na universidade significou o ganho de certa autonomia, ela também implicou um esforço de distanciamento da proteção familiar e a relativização de sua importância. Se entre as mais velhas a dança de salão tem propiciado a inserção na esfera pública e a valorização do "corpo velho", ela também assegurou, por um lado, fortes negociações familiares e, por outro, a adesão ao discurso de culto ao corpo e à boa aparência, nem sempre fácil de alcançar, uma vez que, em nossa sociedade, são sinônimos de jovialidade, magreza e músculos rijos.

Família e políticas sociais

Se no bloco anterior os variados sentidos atribuídos pelos sujeitos são o resultado das distintas gerações a que pertencem, neste, as divergências dizem respeito às relações desenvolvidas entre populações e organizações externas ao grupo. Esta última seção trata da intervenção de políticas sociais públicas ou privadas referentes à família em bairros populares brasileiros. Os artigos de Parry Scott e de Simoni Guedes & Michele Lima apontam os diálogos e os conflitos gerados numa relação em que os objetivos e os sentidos atribuídos pelos diferentes atores muitas vezes se distanciam.

O olhar e a ação do Programa Saúde da Família, em Pernambuco, voltados para os *residentes de comunidades empobrecidas*, é o tema trazido por Parry Scott em seu texto. Em linhas gerais, o autor indica que as equipes de saúde, para poderem intervir na realidade, tendem a simplificá-la, seguindo a lógica médico-sanitária e biológica de atendimento. Através dessa percepção, os sujeitos são divididos e atendidos conforme idade e sexo e as patologias são pensadas de acordo com o ciclo de vida individual. Ao se partir da concepção de que geração é sinônimo de idade, a população é dividida entre infância, adolescência, adultícia e velhice, com duração e características delimitadas. Já quanto ao gênero, a maior preocupação é com a mulher, mas somente na medida em que ela é percebida como mãe e reprodutora.

Nesse contexto, a relação mãe-filho é sacralizada. Em larga medida, a eleição da "mortalidade infantil" como um importante objetivo visando melhorar a saúde da população levou à unificação das gerações, traduzida pela expressão materno-infantil. Vista antes de tudo como mãe, todas as ações direcionadas à saúde da mulher estão relacionadas àquelas que comprometem a saúde do bebê. A partir desta forma de tratamento, o autor fala em *uma biologização dos papéis sociais*.

A saúde dos jovens e dos idosos, por sua vez, é tratada liminarmente. Quanto aos primeiros, a preocupação é a de informá-los acerca de sexualidade e reprodução, não havendo qualquer trabalho que aborde a saúde de forma mais integrada. Somente quando as jovens engravidam é que elas são rapidamente inseridas na atuação preferencial do programa. A idéia de que seus corpos são imaturos estimula maiores cuidados com elas. Da mesma forma, discursos normativos quanto à melhor idade para o exercício da sexualidade surgem nesse período.

Não sendo reprodutores, os idosos são tratados de acordo com as doenças corporais advindas da idade, muitas vezes sendo separados em grupos por tipos de enfermidade. Por outro ângulo, há um discurso feito pelos profissionais acerca do abandono e da exploração do idoso pela família, levando-os a reproduzir a visão da velhice *como problema*.

O que Parry Scott busca mostrar com tal exposição é que os agentes do Estado atuam sem levar em consideração a importância das redes de significado envolvidas nas relações familiares, de parentesco e de vizinhança nas comunidades populares, marcadas que são por *hierarquia, autoridade, distância e proximidade*. Nesse contexto, a mulher, vista somente como mãe, não é percebida em suas inúmeras relações comunitárias. Do mesmo

modo, o atendimento em relação aos jovens, ao se restringir à reprodução, não aborda a violência e a mortalidade juvenil existentes nesse grupo. Tampouco se considera que as jovens têm engravidado na mesma idade que gerações anteriores o fizeram, reforçando um discurso de família ordenada ideal. Sem uma compreensão da ordem moral presente nas famílias pobres atendidas, caracterizada pelo valor dado ao trabalho e à reciprocidade, tais políticas apenas reforçam seu olhar externo acerca do abandono e da exclusão dos velhos.

A descrição de como se dão as redes de relações em bairros de trabalhadores e sua importância para seus membros é também feita no artigo escrito por Simoni Guedes & Michele Lima, a partir de pesquisas etnográficas realizadas no Rio de Janeiro. Tal descrição tem o sentido de perceber como essa "cultura de trabalhadores" transforma-se diante da intervenção de uma cooperativa habitacional para a autoconstrução de casas pelos moradores.

Entre os trabalhadores urbanos, a família nuclear conjugal apresenta-se como uma referência a ser seguida, e a casa constitui-se o espaço fundamental desta instituição. Mais do que isso, essa configuração de família engendra uma nova concepção de casa baseada em preceitos como privacidade e intimidade, em oposição a sociabilidades e relações mais amplas. De fato, as cercas, os muros e os portões construídos ou improvisados nos bairros estudados informam sobre tais normas. Por um lado, a interiorização da família em suas casas revela uma nova concepção das relações baseada na proximidade e no amor entre seus membros e na importância das pessoas. Por outro, na permanência de uma visão de família como totalidade, a privacidade é o que garante o controle da reputação familiar num contexto em que as relações existentes são próximas e as opiniões bastante consideradas.

Esse modelo ideal de casa e família, contudo, sofre variações, sendo adaptado às condições vividas pelos moradores. Diante das dificuldades econômicas, por exemplo, os sujeitos, para alcançarem o modelo de residências neolocais para as novas famílias que surgem, *erguem os puxadinhos, construções* que aumentam o espaço (da casa), mas que são independentes do imóvel original. Num outro âmbito, a importância das redes sociais, expressa no idioma do parentesco – parentes consangüíneos, afins, *por consideração ou compadrio* – caminha juntamente com a valorização dada à família nuclear. Nesse sentido, embora as casas sejam

muradas, a intensa circulação de coisas, serviços e pessoas nessas redes informa acerca *de famílias que são abertas*. São justamente essas redes de relações de obrigação e ajuda mútua que são acionadas caso os sujeitos precisem de algo fora de seu alcance individual.

Quando as relações passam a ser mediadas por uma organização externa, novas questões surgem para os moradores. Em São Gonçalo, uma cooperativa habitacional financiada por uma ONG passou a mediar redes de relações para a conquista da casa própria. As famílias selecionadas, seguindo os princípios do cooperativismo, deveriam atuar em regime de mutirão de mão-de-obra, em um tempo determinado e sob a supervisão de profissionais especializados, para a construção de suas casas.

Nessa relação, o maior ponto de divergência entre a cooperativa e os moradores era, sem dúvida, os diferentes objetivos quanto ao empreendimento. Se, por um lado, os interesses reais dos moradores visavam à conquista da casa própria, por outro, a cooperativa tinha o amplo intuito de formar novos atores políticos que valorizassem o trabalho coletivo e os princípios do cooperativismo. Um outro importante ponto de discordância surgido no processo relacionava-se à sugestão de construção de cercas vivas entre as casas ao invés de muros, o que foi prontamente rechaçado pelos moradores, pois isto ameaçaria a busca por privacidade que tanto valorizavam.

Fundamental é apontar, contudo, que tanto nesta ação da cooperativa, quanto naquelas implementadas pelo programa Saúde da Família a relação estabelecida entre os atores não era somente conflituosa. Ao contrário, tratava-se de um contexto em que diferentes classes sociais com distintos saberes e visões de mundo se encontravam, resultando em um processo de incorporação, negociação ou negação de princípios diversos. No caso da cooperativa, a incorporação pelas famílias das próprias redes de relações para o cumprimento das horas do mutirão foi facilmente aceita, sendo até mesmo prevista pelos coordenadores do projeto.

A nosso ver, as experiências expostas acima nos remetem a dois pontos de reflexão caros à antropologia. O primeiro está na importância da compreensão dos valores e dos significados atribuídos pelos próprios sujeitos a quem as políticas se destinam. Em grande medida, a incompatibilidade dos sentidos dados à "família", à "maturidade", a "gerações", a "redes de parentesco" e a "casa" pelos diferentes atores é uma das principais questões que podem culminar no fracasso das políticas propostas ou em tensões

difíceis de serem resolvidas entre os envolvidos. Estas também são geradas no que diz respeito aos diversos objetivos estabelecidos e aos julgamentos precipitados efetuados pela falta de compreensão mútua.

Ao dizer isto, contudo, não pressupomos que os valores e as idéias internos a uma realidade específica não possam ser transformados ou ressignificados diante da intervenção do Estado ou de uma organização externa. Entretanto, esta deveria partir sempre da compreensão e da valorização das perspectivas locais, sem impor, assim, preceitos que são totalmente alheios às reais questões das populações em foco. Uma vez que as demandas por intervenção surgem exatamente dessas comunidades – que requerem, nos casos estudados, condições mínimas de acesso à saúde e à moradia – não há nada mais legítimo do que levar tais apelos "a sério". O que queremos apontar é que as ações não podem ocorrer unilateralmente e, além disso, que elas não podem perder de vista as relações de poder existentes em cada caso específico.

***

A grande variedade e riqueza das questões trazidas pelos autores nos levam a reavaliar afirmações acerca do "fim da família" ou da "crise da família" advindas do avanço do individualismo. Tal processo, ao contrário, tem gerado a multiplicação de suas formas, de seus sentidos e do valor que lhe é dado por seus membros. Se a relação entre família nuclear e residência neolocal segue com um significado profundo e efeitos concretos na dinâmica das relações familiares, este modelo não corresponde a uma "família em geral" e não se realiza da mesma forma em todos os grupos e segmentos sociais (Bilac, 1997).

O que o livro nos mostra com grande mérito é que a importância dada ao indivíduo na família e na sociedade contemporânea só pode ser compreendida num contexto marcado por situações que envolvem tanto transformação como continuidade de valores tradicionais, o que implica constantes diálogos, negociações e conflitos de posições. Cabe aos pesquisadores, então, buscar entender as especificidades, os dilemas e os sentidos dados pelos sujeitos diante das "novas" questões por nós enfrentadas.

REFERÊNCIAS

BILAC, Elisabete Dória. 1997. "Família: algumas inquietações". In: Maria do Carmo Brant (org.). *A família contemporânea em debate.* 2.ed. São Paulo: EDUC/Cortez.

BOURDIEU, Pierre. 2003. "Esboço de uma teoria da prática". In: R. Ortiz (org.). *A sociologia de Pierre Bourdieu.* São Paulo: Olho d'Água.

DUMONT, Louis. 1997. *Homo Hierarchicus - O sistema das castas e suas implicações.* 2.ed. São Paulo: Edusp.

MACHADO, Lia Zanotta. 2001. "Famílias e individualismo: Tendências contemporâneas no Brasil". Brasília. *Série Antropologia,* n. 291.

SARTI, Cynthia. 1997. "Família e individualidade: um problema moderno". In: Maria do Carmo Brant (org.). *A família contemporânea em debate.* 2.ed. São Paulo: EDUC.

VELHO, Gilberto. 1999. *Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas.* 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.